

Simulados Inéditos
Materiais Demonstrativos Ass.
Procuradorias

Autor:

30 de Abril de 2021



Estratégia
Carreira Jurídica

3º SIMULADO

PGDF

PROCURADOR



3º Simulado Especial

3º Simulado Procurador da PGDF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGDF;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGDF-19-07>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E



DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

Acerca do Poder Legislativo, julgue as afirmativas a seguir.

01. Desde as Constituições de 1934 e de 1937, que adotaram o unicameralismo, o constituinte de 1988 manteve a tradição constitucional brasileira, que vem do Império, consagrando o bicameralismo clássico.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme ensina Uadi Lammêgo Bulos, "Salvo as Constituições de 1934 e de 1937, que adotaram o unicameralismo, o constituinte de 1988 manteve a tradição constitucional brasileira, que vem do Império, consagrando no art. 44 o bicameralismo (...). [A CF] adotou o bicameralismo igual ou clássico, o que significa que, para ser aprovada, uma lei deve passar pelo crivo de ambas as casas do Congresso Nacional. [...] O fato de certas tarefas ou funções serem exercidas privativamente por cada um das Casas congressuais não desvirtua o modelo bicameralista. Tanto é assim que tanto o Senado como a Câmara dos Deputados não têm competência individual para editar leis. Praticam, é bem certo, atos que lhe são próprios, mas isso que não chega a invadir a esfera de competência do Congresso Nacional".

02. A legislatura, que tem duração de 1 (um) ano, corresponde ao período de funcionamento do Congresso Nacional.

Gabarito: Errado

Comentários: Na verdade, legislatura é o período de 4 anos em que o parlamentar exerce o seu mandato legislativo (lembrando que a duração do mandato do senador é de 2 legislaturas). Conforme o art. 44 da Cf/88, "cada legislatura terá a duração de quatro anos".

03. Conforme entendimento doutrinário, o voto de liderança constitui-se em procedimento de votação com assento constitucional que, possibilitando não apenas a mera substituição de opiniões de líderes partidários, elimina a necessidade de votação pelos congressistas.

Gabarito: Errado

Comentários: De início, deve se destacar que o voto de liderança, conforme o Senado, é "o processo simbólico de votação das matérias legislativas o voto dos líderes dos partidos representará o de seus liderados presentes à sessão. No processo nominal de votação, os líderes votam em primeiro lugar, para que os demais parlamentares conheçam o voto da liderança de seu partido. Após o voto da liderança, votam os demais parlamentares".

A seu respeito, Bulos comenta que "desde a Constituição anterior que os doutrinadores vêm ressaltando o caráter meramente simbólico do voto de liderança, que possibilita, apenas, a mera substituição de opiniões de líderes partidários pelas manifestações dos parlamentares liderados. Entretanto, essa prática contra constitutionem não se sobrepõe ao poder-dever, pessoal e indelegável, de votar dos congressistas".

O voto de liderança não é mais previsto no regimento da Câmara, mas ainda possui previsão no Senado. Não possui, entretanto, assento constitucional.

O STF, em que pese já tenha discutido a matéria, não chegou a conclusão quanto a sua constitucionalidade.

04. Conforme entendimento jurisprudencial, no processo de impeachment, o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara deve ser precedido de defesa prévia.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o decidido pelo E. STF no âmbito da ADPF 378, "não há direito à defesa prévia ao ato do Presidente da Câmara, ante a ausência de violação ao devido processo legal. (...) Nesse contexto, como meio inerente ao contraditório, deveria ser assegurado ao acusado a oportunidade de manifestação prévia à aprovação do parecer da comissão especial, oportunidade em que se julgará, para os fins do processo instaurado na Câmara, a admissão definitiva da denúncia. Nessa linha, considerando que o recebimento operado pelo Presidente da Câmara configuraria juízo sumário da admissibilidade da denúncia para fins de deliberação colegiada, não haveria obrigatoriedade de defesa



prévia a essa decisão. Desse modo, a exigência de defesa prévia ao recebimento da

denúncia não constituiria derivação necessária da cláusula do devido processo legal, na medida em que, reconhecido o direito de manifestação anterior à aprovação do primeiro parecer proferido pela comissão especial, haveria contraditório prévio à admissibilidade conclusiva. O devido processo legal, nessa ótica, seria respeitado.” ADPF 378/DF, rel. Min. Edson Fachin, 16, 17 e 18.12.2015. (ADPF-378)

Com base na lei, jurisprudência e doutrina, analise as proposições a seguir.

05. Segundo a Constituição Federal, o recebimento da denúncia no processo de impeachment ocorre com a decisão do Plenário do Senado Federal.

Gabarito: Certo

Comentários: O E. STF decidiu “dar interpretação conforme a Constituição ao art. 24 da Lei 1.079/1950, a fim de declarar que, com o advento da CF/1988, o recebimento da denúncia no processo de “impeachment” ocorre apenas após a decisão do Plenário do Senado Federal.” (ADPF 378)

06. É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o quanto decidido pelo E. STF, “É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas. (...) o poder de polícia não se confundiria com a segurança pública. O exercício daquele não seria prerrogativa exclusiva das entidades policiais, a quem a Constituição outorgara, com exclusividade, no art. 144, apenas as funções de promoção da segurança pública. Ademais, a fiscalização do trânsito com aplicação das sanções administrativas legalmente previstas, embora pudesse se dar ostensivamente, constituiria mero exercício de poder de polícia. Não haveria, portanto, óbice ao seu

exercício por entidades não policiais.” (RE 658570/MG, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Roberto Barroso,

6.8.2015. (RE-658570) Plenário - Repercussão Geral.)

07. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, facultada, em todos os casos, a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo.

Gabarito: Errado

Comentários: A intervenção do MP, conforme o texto constitucional, será obrigatória: “Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

08. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas por índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé

Gabarito: Certo

Comentários: A proposição corresponde a literalidade do art. 231, §6º da CF/88.

09. As terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas são inalienáveis e indisponíveis.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme art. 231, §4º, “As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”.

10. A exclusividade de usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nas terras indígenas é conciliável com a eventual presença de não índios, bem assim com a



instalação de equipamentos públicos, a abertura de estradas e outras vias de comunicação.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme decidido pelo E. STF, “A exclusividade de usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nas terras indígenas é conciliável com a eventual presença de não índios, bem assim

com a instalação de equipamentos públicos, a abertura de estradas e outras vias de comunicação, a montagem ou construção de bases físicas para a prestação de serviços públicos ou de relevância pública, desde que tudo se processe sob a liderança institucional da União, controle do Ministério Público e atuação coadjuvante de entidades tanto da administração federal quanto representativas dos próprios indígenas. O que já impede os próprios índios e suas comunidades, por exemplo, de interditar ou bloquear estradas, cobrar pedágio pelo uso delas e inibir o regular funcionamento das repartições públicas. [Pet 3.388, rel. min. Ayres Britto, j. 19-3-2009, P, DJE de 1º-7-2010.]”.

11. Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente reconhecidos, e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza constitutiva.

Gabarito: Errado

Comentários: Conforme decidido pelo E. STF, “Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se orna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva. Ato declaratório de uma situação jurídica ativa preexistente. Essa a razão de a Carta Magna havê-los chamado de "originários", a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos, mesmo os materializados em escrituras públicas ou títulos de legitimação de posse em favor de não índios. Ato, estes, que a própria Constituição declarou como "nulos e extintos" (§ 6º do art. 231 da CF).” [Pet 3.388, rel. min. Ayres Britto, j. 19-3-2009, P, DJE de 1º-7-2010.]

12. Conforme o texto constitucional, cabe a lei dispor sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o art. 245 da CF/88, “a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito”.

13. É inconstitucional lei distrital que estabeleça pensão especial a cônjuge de vítima assassinada no território do Distrito Federal, uma vez que vai além da responsabilidade estatal prevista na Constituição Federal.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com decidido pelo E. STF, “Pensão especial a cônjuge de vítima assassinada no Distrito Federal. Lei que impõe ao Distrito Federal responsabilidade além da prevista no art. 37, § 6º, da Constituição. Inocorrência da hipótese de assistência social. Inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 842/1994. Inconstitucionalidade por arrastamento dos demais dispositivos. Ação julgada procedente.” [ADI 1.358, rel. min. Gilmar Mendes, j. 4-2-2015, P, DJE de 3-3-2015.]

14. Conforme o texto constitucional, leis específicas deverão prever critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável em decorrência de avaliação de desempenho periódica que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme o texto constitucional: “Art. 247. As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado. (Incluído pela EC 19/1998)”.



15. A partir do advento da Constituição Federal de 1988, todos os presidentes possuíram mandato de 4 (quatro) anos.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com ADCT (que integra o texto constitucional), “O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990”. Assim, nem todos os PR possuíram mandato de 04 anos.

16. Segundo entendimento jurisprudencial, a Constituição Federal impôs a imediata redução de proventos auferidos em desacordo com os preceitos constitucionais, vedando, ao mesmo tempo, a percepção de excesso sob invocação de direito adquirido ou a qualquer título.

Gabarito: Certo

Comentários: A questão retrata a redação do ADCT, art. 17: “Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.”

Outrossim, a jurisprudência também é firme: “A norma do art. 17 do ADCT/1988 impõe a imediata redução de proventos auferidos em desacordo com os preceitos constitucionais, vedando, ao mesmo tempo, a percepção de excesso sob invocação de direito adquirido ou a qualquer título. Tratamento diverso relativamente à vantagem de caráter pessoal denominada ‘adicional por tempo de serviço’.” [RE 170.282, rel. min. Ilmar Galvão, j. 5-8-1997, 1ª T, DJ de 31-10-1997.]

17. A Constituição Federal de 1988 extinguiu os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo lavrado anteriormente que tenha concedido estabilidade a servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o texto constitucional, “Ficam extintos os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo, lavrado a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que tenha por objeto a concessão de estabilidade a

servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público” (art. 18, ADCT).

18. A Constituição Federal de 1988 equiparou aos servidores públicos admitidos por concurso público aqueles pertencentes à administração direta, autárquica e fundações públicas da União, Estados e Municípios, em exercício na data da promulgação da Constituição há pelo menos cinco anos continuados, mesmo que não tenham sido admitidos por concurso público.

Gabarito: Errado

Comentários: Na verdade, a esses servidores (admitidos sem concurso público e em exercício há pelo menos 05 anos contínuos) garantiu-se apenas a estabilidade: Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público. (ADCT)

19. Conforme entendimento jurisprudencial, lei estadual que disponha sobre acúmulo de minutos mensais em franquia telefônica viola a Constituição Federal, ainda que tenha como fim tutelar o consumidor.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com entendimento do E. STF, “A Lei 5.934/2011 do Estado do Rio de Janeiro, ao dispor acerca da possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia, violou o art. 22, IV, da Lei Maior, que confere à União a competência privativa para dispor sobre telecomunicações.” [ADI 4.649, rel. min. Dias Toffoli, j. 1-7-2016, P, DJE de 12-8-2016.]



20. Conforme entendimento jurisprudencial, lei distrital que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura básica por operadoras de telefonia afronta a Constituição Federal.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme decidido pelo E. STF, “O sistema federativo instituído pela CF de 1988 torna inequívoco que cabe à União a competência legislativa e administrativa para a disciplina e a prestação dos serviços públicos de telecomunicações e energia elétrica (CF, arts. 21, XI e XII, b, e 22, IV). A Lei 3.449/2004 do Distrito Federal, ao proibir a cobrança da tarifa de assinatura básica "pelas concessionárias prestadoras de serviços de água, luz, gás, TV a cabo e telefonia no Distrito Federal" (art. 1º, caput), incorreu em inconstitucionalidade formal, porquanto necessariamente inserida a fixação da "política tarifária" no âmbito de poderes inerentes à titularidade de determinado serviço público, como prevê o art. 175, parágrafo único, III, da Constituição, elemento indispensável para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, por consequência, da manutenção do próprio sistema de prestação da atividade. Inexiste, in casu, suposto respaldo para o diploma impugnado na competência concorrente dos Estados-membros para dispor sobre direito do consumidor (CF, art. 24, V e VII), cuja interpretação não pode conduzir à frustração da teleologia da referida regra expressa contida no art. 175, parágrafo único, III, da CF, descabendo, ademais, a aproximação entre as figuras do consumidor e do usuário de serviços públicos, já que o regime jurídico deste último, além de informado pela lógica da solidariedade social (CF, art. 3º, I), encontra sede específica na cláusula "direitos dos usuários" prevista no art. 175, parágrafo único, II, da Constituição.” [ADI 3.343, rel. p/ o ac. min. Luiz Fux, j. 1º-9-2011, P, DJE de 22-11-2011.] ADI 4.907 MC, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 7-2-2013, P, DJE de 8-3-2013.

21. Conforme entendimento jurisprudencial, o texto constitucional impede a edição de legislação estadual ou municipal que, mesmo sem ter como objeto principal a prestação dos serviços de telecomunicações, acabe por produzir algum

impacto na atividade desempenhada pelas concessionárias de serviço público federal..

Gabarito: Errado

Comentários: A proposição está em confronto com o quanto decidido pelo E. STF. Vejamos: “O texto constitucional não impede a edição de legislação estadual ou municipal que – sem ter como objeto principal a prestação dos serviços de telecomunicações – acabe por produzir algum impacto na atividade desempenhada pelas concessionárias de serviço público federal. (...) Esse não é o caso da norma contestada, a qual institui obrigação diretamente relacionada ao objeto da concessão do serviço móvel pessoal. Ao determinar que as empresas forneçam à polícia judiciária informações sobre a localização de aparelhos de telefonia móvel, estabelecendo prazos, dispondo acerca do uso dos números de emergência e impondo o pagamento de multa, se houver descumprimento, o legislador estadual atua no núcleo da regulação da atividade de telecomunicações, de competência da União, no que a esta última cabe disciplinar o uso e a organização desses serviços”. [ADI 4.739 MC, voto do rel. min. Marco Aurélio, j. 7-2-2013, P, DJE de 30-9-2013.]

22. Conforme entendimento jurisprudencial, lei distrital pode fixar prazos máximos para a autorização de exames por operadoras de plano de saúde, uma vez que trata sobre direito do consumidor, matéria que se insere na competência legislativa concorrente dos entes federados.

Gabarito: Errado

Comentários: Em que pese a defesa do consumidor seja matéria de competência legislativa concorrente, o tema foi decidido de forma diversa pelo Supremo. Conforme decidido pelo E. STF, “Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de



saúde. (...) Por mais ampla que seja, a competência legislativa concorrente em matéria de defesa do consumidor (CF/1988, art. 24, V e VIII) não autoriza os Estados-membros a editarem normas acerca de relações contratuais, uma vez que essa atribuição está inserida na competência da União Federal para legislar sobre direito civil (CF/1988, art 22, I).” AÇÃO

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.701
PERNAMBUCO.

23. Conforme entendimento jurisprudencial, viola a Constituição Federal lei distrital que disponha, ampliando a lei federal, sobre a obrigatoriedade de informações em embalagens de produtos alimentícios comercializados em seu território.

Gabarito: Certo

Comentários: Nos termos decididos pelo E. STF, “Ação Direta de Inconstitucionalidade. Repartição de competências. Lei 1.939, de 30 de dezembro de 2009, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de informações nas embalagens dos produtos alimentícios comercializados no Estado do Rio de Janeiro. Alegação de ofensa aos artigos 22, VIII, e 24, V, da Constituição Federal. Ocorrência. Ausência de justificativa plausível que autorize restrições às embalagens de alimentos comercializados no Estado do Rio de Janeiro. Competência legislativa concorrente em direito do consumidor. Ausência. Predominância de interesse federal a evitar limitações ao mercado interestadual. Ação julgada parcialmente procedente.” (ADI 750, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 03/08/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 08-03-2018 PUBLIC 09-03-2018)

24. Conforme entendimento jurisprudencial, é inconstitucional a lei distrital que torna obrigatória, sob pena pecuniária a ser definida pelo Poder Executivo, a iluminação interna dos veículos fechados, no período das dezoito às seis horas, quando se aproximem de blitz ou barreira policial.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme decidido pelo E. STF, “É inconstitucional a lei distrital que torna obrigatória, sob pena pecuniária a ser definida pelo Poder Executivo, a iluminação interna dos veículos fechados, no período

das dezoito às seis horas, quando se aproximem de blitz ou barreira policial”. [ADI 3.625, rel. min. Cezar Peluso, j. 4-3-2009, P, DJE de 15-5-2009.]

25. Conforme entendimento jurisprudencial, não viola a Constituição Federal lei distrital que imponha obrigatoriedade de equipar-se os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores.

Gabarito: Errado

Comentários: A proposição está em confronto com o quanto decidido pelo E. STF. Vejamos: “Obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores. Inconstitucionalidade. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte bem como sobre direito do trabalho.” [ADI 3.671, rel. min. Gilmar Mendes, j. 21-2-2020, P, DJE de 20-3-2020.]

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

26. É vedada à União dispor sobre a isenção de impostos de competência estadual, ainda que em decorrência de sua atuação no âmbito internacional.

Gabarito: ERRADO

Comentários: A União pode dispor através de tratados e convenções internacionais sobre a isenção de impostos de competência estadual. O STF tem jurisprudência consolidada no sentido de que a “cláusula de vedação inscrita no art. 151, inciso III, da Constituição - que proíbe a concessão de isenções tributárias heterônomas - é inoponível ao Estado Federal Brasileiro, incidindo, unicamente, no plano das relações institucionais domésticas que estabelecem entre as pessoas políticas de direito público interno.

27. a imunidade tributária recíproca é extensiva ao patrimônio, a renda e aos serviços de autarquias,



fundações e empresas públicas vinculadas à entidade estatal respectiva

Gabarito: ERRADO

Comentários: A imunidade tributária recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que tange ao

patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, segundo §2º, do art. 150, da CF. Por outro lado, as empresas públicas relacionados com exploração de atividades econômicas e regidas exclusivamente pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados não são abrangidas pela imunidade tributária recíproca.

28. Às taxas é aplicado o princípio da anterioridade de exercício, mas não o da anterioridade nonagesimal, que é restrita a impostos e contribuições.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Em caso de taxas, devem observar-se as limitações constitucionais ao poder de tributar, dentre essas, a anterioridade nonagesimal para que a lei tributária se torne eficaz (ADI 3.694). Logo, é errado, pois não há previsão de exceção para as taxas no art. 150, §1º, da CF/88.

29. Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais ou emolumentos é constitucional.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Segundo o STF, desrespeita a isonomia ou igualdade tributária disposta no art. 150, II, da CF/88, a isenção de IPTU, em razão da qualidade de servidor público (AI 157.871-AgR), e a isenção de membros do Ministério Público do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos (ADI 3.260).

30. Os tributos indiretos são repassados ao consumidor final e não incidem sobre renda ou patrimônio sendo-lhes inaplicável o princípio constitucional da vedação do confisco.

Gabarito: ERRADO

Comentários: No que tange a aplicação do princípio do não-confisco, a Constituição Federal não faz distinção entre os tributos indiretos e os tributos diretos. Portanto, o princípio do não-confisco se aplica a todos os tributos.

31. É possível que uma obrigação acessória se converta em principal, pois esta é vinculada à ocorrência do fato gerador.

Gabarito: CERTA

Comentários: A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária (art. 113, §3º, CTN)

32. Ao emitir nota fiscal, o responsável pelo recolhimento do ICMS pratica obrigação tributária principal.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Ao emitir nota fiscal, o responsável pelo recolhimento do ICMS pratica obrigação tributária acessória.

33. Se uma empresa de contabilidade que presta um serviço de consultoria emite sua nota fiscal, mas não recebe o valor devido pelo serviço, não terá que pagar o ISS enquanto não receber.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Segundo os termos do art. 118, II, do CTN, a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

34. A obrigação principal refere-se ao pagamento de tributo, mas não de uma penalidade pecuniária.

Gabarito: ERRADO

Comentários: A obrigação tributária é principal ou acessória e nasce com a ocorrência do respectivo fato gerador.

35. Determinado estado criou uma nova exação tributária, sem qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, denominando-a, na lei instituidora, de empréstimo compulsório. O mesmo diploma legal apresentou disposição sobre a devolução do empréstimo compulsório em três parcelas anuais, sem, contudo, estabelecer os anos em que seria devolvido. Com referência a essa situação, é correto afirmar que, quanto à natureza jurídica específica e à competência, a exação não

pode ser considerada nem imposto nem empréstimo compulsório.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Em razão do previsto na Constituição (arts. 145, I, 148) e no CTN (arts. 15 e 16), a exação tributária não deve ser considerada imposto ou empréstimo compulsório, uma vez que não está de acordo com as normas constitucionais e legais. Porém, a exação tributária pode ser considerada um imposto ou empréstimo compulsório, uma vez que se está falando do mundo do ser e, neste caso, há possibilidade de existir uma exação tributária inconstitucional e ilegal. Registra-se que foi omitido propositadamente a frase "está amparada pela CF"

36. Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas são considerados específicos quando podem ser usufruídos a qualquer título.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas são considerados de utilização efetiva pelo contribuinte, quando por ele usufruídos a qualquer título (art. 79, I, "a", CTN).

37. As concessões de isenções do ICMS efetivam-se nos termos de convênio celebrados entre os estados e o DF, mas a revogação das referidas isenções independe de convênio.

Gabarito: ERRADO

Comentários: As concessões e as revogações de isenções do ICMS efetivam-se nos termos de convênios celebrados entre os estados e o DF, segundo a LC 24/75.

38. Consoante o texto constitucional, a definição de espécie tributária empréstimo compulsório cabe à lei complementar

Gabarito: CERTO

Comentários: Segundo a Constituição Federal, cabe à lei complementar federal estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies (art. 146, III, "a", CF/88).

39. Não se aplicam as regras gerais da *vacatio legis* à lei tributária, ainda que não haja disposição sobre a data de sua entrada em vigor.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Aplicam-se as regras gerais da *vacatio legis* à lei tributária. Ou seja, observando-se às normas sobre anterioridade (eficácia da norma), o art. 1º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é aplicável no direito tributário, dispondo que, salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

40. Quando a lei for expressamente interpretativa, ela será aplicada, em determinados casos, a ato ou fato pretérito, excluída a aplicação de penalidade a infração de dispositivos interpretativos.

Gabarito: ERRADO

Comentários: O problema da questão está no termo "em determinados casos". A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados (art. 106, I, CTN).

41. A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela CF, pelas constituições dos estados, ou pelas leis orgânicas do DF ou dos municípios.

Gabarito: ERRADO

Comentários: A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos,



conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos municípios, para definir ou limitar competências tributárias, de acordo com o art. 111 do CTN.

42. Tratando-se de bens imóveis e de direitos a eles relativos, considera-se local da transmissão ou

doação o local onde ocorrer o óbito ou o indicado no documento que formaliza a doação.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, considera-se local da

transmissão ou doação o local da situação do bem (art. 155, §1º, CF) e não o local onde ocorrer o óbito ou o indicado no documento que formaliza a doação.

43. Cabe, exclusivamente, a lei estadual regular a forma como benefícios fiscais serão concedidos e revogados quando se tratar de ICMS.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Conforme o art. 155, §2º, XII, "g", cabe a lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

44. Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula resolutiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido na data da celebração do negócio.

Gabarito: ERRADO

Comentários: Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula suspensiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido desde o momento do implemento da condição.

45. Caso um cidadão firme contrato de promessa de compra e venda de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia municipal, nesse caso, tal cidadão

será considerado contribuinte do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incidente sobre o referido imóvel.

Gabarito: CERTO

Comentários: Conforme a súmula 583 do STF, o promitente-comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do imposto predial territorial urbano.

46. Pedro Carlos de Alcantra Segundo deu a seu irmão um apartamento como presente de casamento.

Nessa situação, em razão dessa operação, não será devido o pagamento do IBI.

Gabarito: CERTO

Comentários: O ITBI tem como possibilidade de hipótese de incidência a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis,

por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, de acordo com art. 156, II, da CF/88. Logo, correta, pois o presente de casamento, como é da natureza de todo presente, foi a título de gratuito, podendo-se considerar como uma doação, que é fato gerador do ITCMD.

47. O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

Gabarito: ERRADO

Comentários: De acordo com a súmula 430 do STJ, o inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

48. Aplica-se o benefício da denúncia espontânea aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

Gabarito: ERRADO

Comentários: De acordo com a súmula 430 do STJ, o inadimplemento da obrigação tributária pela

sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

49. A especificação do prazo de duração do favor não se inclui entre os requisitos previstos na lei que concede a moratória em caráter geral.

Gabarito: ERRADO

Comentários: A lei que conceda moratória em caráter geral especificará, sem prejuízo de outros requisitos, o prazo de duração do favor (art. 153, I, CTN).

50. O lançamento pode ser alterado por impugnação do sujeito passivo.

Gabarito: CERTO

Comentários: O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, de acordo com o inciso I, do art. 145 do CTN.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Vanessa Arns

51. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Gabarito: Errado

Comentários: O art. 71 começa a abordar o controle externo, a cargo do Congresso Nacional e com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com a seguinte competência:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações

instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

52. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

Gabarito: Certo

Comentários: Segundo o art. 71 da Constituição Federal:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

53. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do poder judiciário.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

54. A efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação faz parte da responsabilidade na gestão fiscal, e não apenas os dispêndios.

Gabarito: Certo



Comentários: Sim! De acordo com a LRF, em seu art. 11: Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

55. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e

Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da

administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

56. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o art. 74. Da Constituição Federal:

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

57. Os responsáveis pelo controle externo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o art. 74. Da Constituição Federal:

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

58. Orçamento é o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.

Gabarito: Certo

Comentários: Na obra de Aliomar Baleeiro essa é a definição de Orçamento Público.

59. É fundamental que no orçamento público tenhamos a exata correspondência entre receitas e despesas, sendo essa “regra de ouro” imutável e prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gabarito: Errado

Comentários: No conceito moderno de orçamento, temos uma lei que programa a vida financeira do Estado, permitindo o endividamento e atenção aos interesses públicos da sociedade como um todo. Hoje em dia o orçamento corresponde a essa perspectiva, permitindo-se ir além de um equilíbrio meramente contábil e exigindo-se a gestão responsável dos recursos estatais para a implementação de políticas públicas que viabilizam, a médio e longo prazos, administrar empréstimos e o pagamento de juros de eventuais créditos.

60. O orçamento de desempenho estima e autoriza despesas pelos produtos finais que serão obtidos, ou mesmo tarefas a serem realizadas, com ênfase no resultado.

Gabarito: Certa



Comentários: O chamado orçamento de desempenho estima e autoriza despesas pelos produtos finais que serão obtidos, ou mesmo tarefas a serem realizadas, com ênfase no resultado. Não se fala aqui, ainda, em um programa ou planejamento governamental para guiar as ações do poder público. Não há, no orçamento de desempenho, uma possível vinculação entre planejamento e orçamento. Ele apenas apresenta propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários, com dados quantitativos para as realizações que devem ser atingidas.

61.4. O orçamento base zero ou por estratégia é aquele que elabora a base orçamentária para um determinado período levando em consideração os orçamentos de períodos anteriores.

Gabarito: Errado.

Comentários: O orçamento base zero ou por estratégia é aquele que elabora a base orçamentária para um determinado período sem levar em consideração os orçamentos de períodos anteriores, ou seja, deve justificar os gastos no início de cada ciclo orçamentário sem que haja qualquer vinculação ao exercício anterior como parâmetro para o valor inicial mínimo do gasto.

62. O Plano Plurianual coincide com os quatro anos de legislatura do Presidente da República.

Gabarito: Errado

Comentários: A vigência do PPA é de 4 (quatro) anos, não coincidente com o mandato do Executivo. Segundo o art. 35 §2º do ADCT:

§ 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

63. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

Gabarito: Certo

Comentários: É exatamente o que encontramos na Lei 4.320/64: Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

64. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Gabarito: Certo.

Comentários: De acordo com a Lei 4.320/64 em seu Art. 3º: A Lei de Orçamentos compreenderá todas as

receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

65.8. O A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

Gabarito: Certo

Comentários: Segundo a Lei 4.320/64:

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

66. A Lei de Responsabilidade Fiscal retirou competências da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Gabarito: Falso

Comentários: Além dos 5 pontos do conteúdo da LDO, o art. 4º da LRF ampliou sua competência, que deverá dispor também sobre:

Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31;

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

67. A Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que a Lei de Diretrizes orçamentárias contivesse dois anexos.

Gabarito: Certo

Comentários: O art. 4º da LRF determinou que a LDO contivesse dois anexos. São eles: o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

68. O A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público

Gabarito: Certo.

Comentários: De acordo com a Constituição Federal de 1988

Art. 165, § 5º

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração

direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público

69. 7. São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a Lei 4.320/64 :

Art. 11 § 2º - São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Gabarito: Certo

Comentários: A alternativa está correta. De acordo com a Constituição Federal de 1988

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle

externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

71. O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, julgue o item a seguir



Todos os Entes Federados possuem o prazo de 05 anos para anular os atos ilegais dos quais resultem efeitos favoráveis aos administrados, quaisquer que sejam os atos, salvo má-fé.

Gabarito: Errada

Comentários: Em âmbito federal, a lei 9.784/99 prevê o prazo decadencial de 05 anos para a anulação de atos dos quais resultem efeitos favoráveis ao Administrado, salvo comprovada má-fé.

Vale destacar que este prazo de 5 anos é aplicável em âmbito federal, mas cada Estado ou Município pode editar suas leis estabelecendo prazo para anulação de atos com efeitos favoráveis aos particulares. Como exemplo, no Estado de São Paulo, o prazo é de 10 anos (Lei Estadual 10.177/98, art. 10).

Por outro lado, o STF possui jurisprudência pacífica no sentido de que os atos administrativos flagrantemente inconstitucionais podem ser anulados a qualquer tempo, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório. Exemplo é a investidura em cargo público sem submissão a concurso público. Nesta hipótese, tanto o STF quanto o STJ entendem válida a anulação do ato de investidura em razão de flagrante violação do princípio do concurso público (MS 28279).

72. O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, julgue o item a seguir

a anulação do ato administrativo que tenha produzido efeitos no campo dos interesses individuais não prescinde de prévio contraditório que garanta o exercício da defesa da legitimidade do ato por aqueles que serão por ela atingidos.

Gabarito: Certo

Comentários: Em todo caso, quando a Administração Pública pretender anular um ato inválido ou revogar um ato válido por conveniência ou oportunidade, deve ser respeitado o direito dos interessados ao contraditório e ampla defesa, instaurando-se procedimento formal em que se dê ciência ao particular da intenção de anulação ou revogação e os motivos, conferindo oportunidade para manifestação.

Esta é o posicionamento consolidado na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

73. Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue a assertiva a seguir

A doutrina ostenta papel importante como fonte do direito administrativo, esclarecendo e elucidando normas de modo a fomentar a sua observância e aplicação, porém, não vincula a atuação administrativa.

Gabarito: Certo

Comentários: A Doutrina é fonte secundária do Direito Administrativo e consiste nos ensinamentos dos estudiosos da matéria, que influenciam a elaboração de leis, a atuação da Administração Pública e as decisões judiciais de acordo com as teorias elaboradas pelos autores. Não possuem, entretanto, força vinculante.

74. Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue a assertiva a seguir

Costume praeter legem é aquele preenche as lacunas da lei, possuindo aplicação subsidiária à lei, ou seja, quando não houver previsão legal sobre determinado assunto, pode-se utilizar os costumes

como regra de conduta, sendo, assim, fonte primária do Direito Administrativo.

Gabarito: Errada

Comentários: Os costumes podem ser caracterizados em três espécies:

a) secundum legem: costume admitido ou previsto em lei;

b) praeter legem: costume que preenche as lacunas da lei, possuindo aplicação subsidiária à lei, ou seja, quando não houver previsão legal sobre determinado assunto, pode-se utilizar os costumes como regra de conduta. É o costume previsto no art. 4º da LINDB, que estabelece a aplicação da analogia,

costumes e princípios gerais de direito pelo juiz, para decidir determinado caso, quando a lei for omissa;

c) contra legem: costume que viola a legislação interna.



Ressalvado o costume contra legem, os costumes administrativos são fontes secundárias desse ramo do Direito, tendo em vista que, em atenção à segurança jurídica, a Administração Pública não pode adotar conduta diferente em situação na qual sempre adotou a mesma postura, o que gera proteção ao administrado.

75. Com relação à organização administrativa, julgue o item subsequente.

A criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, porém extravasa a competência do Chefe do Executivo para dispor, mediante decreto, sobre organização da Administração, sendo matéria de reserva de lei formal.

Gabarito: Certo

Comentários: Em regra, os órgãos públicos devem ser criados e extintos por meio de lei. Os arts. 48, XI e 84, VI, alínea a, da Constituição Federal preveem, de forma conjugada, a necessidade de lei para a criação de órgãos na estrutura da Administração Pública.

Destaque-se que o art. 84, XI, a, CF, ao prever hipótese de decreto autônomo do Presidente da República, exclui expressamente a criação e a extinção de órgãos públicos, o que deixa claro a intenção do constituinte de que essas unidades administrativas

sejam criadas e extintas exclusivamente mediante lei:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

76. Com relação à organização administrativa, julgue o item subsequente.

O consórcio público possui uma governança extremamente complexa em decorrência da obrigação de participação da União, como ente consorciado, sempre que estiverem consorciados ao menos dois Estados, ou um Estado e Municípios situados fora do território correspondente.

Gabarito: Errada

Comentários: O consórcio público poderá ser formado entre entes federados, podendo ocorrer entre a União e Estados, entre Estados, entre Estados e município que o integrem. É vedado, todavia, consórcio entre a União e Município diretamente, devendo haver participação do Estado integrado pelo Município (art. 1º, §2º). Também é vedado o consorciamento entre Estado e Município que não o integre se não houver participação do Estado a que pertence o referido Município.

77. Relativamente às empresas estatais e a lei 13.303/2016, julgue a assertiva a seguir:

A governança corporativa é associada a um conjunto de boas práticas que recomendam a transparência e simetria de informações entre administradores, acionistas e terceiros que sofrem impacto nas ações das empresas, o equilíbrio de direitos entre acionistas majoritários e minoritários, a prestação de contas pelos administradores (accountability) e a responsabilidade corporativa, práticas que não são aplicáveis às empresas estatais.

Gabarito: Errada

Comentários: O art. 6º prevê que o estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle

interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.

A governança corporativa é associada a um conjunto de boas práticas que recomendam a transparência e simetria de informações entre administradores, acionistas e demais stakeholders (disclosure – terceiros que sofrem impacto nas ações das estatais, tais como empregados, investidores, dentre outros),

o equilíbrio de direitos entre acionistas majoritários e minoritários, a prestação de contas pelos administradores (accountability) e a responsabilidade corporativa.



78. Com relação às parcerias da Administração Pública com o terceiro setor, julgue o item a seguir

Preenchidos os requisitos, a administração pública deverá tornar pública a proposta de Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) em seu sítio eletrônico e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do PMIS, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

Gabarito: Certo

Comentários: O PMIS é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria (art. 18).

Lei 13.019/2016:

Art. 20. Preenchidos os requisitos do art. 19, a administração pública deverá tornar pública a proposta em seu sítio eletrônico e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

79. Com relação aos poderes administrativos, julgue o próximo item.

A apuração de conduta faltosa de um detento, cometida dentro de um estabelecimento prisional, bem como a subsunção do fato à norma legal, a decisão quanto à correspondência da conduta a uma falta leve, média ou grave e a aplicação de sanção

pelo diretor do estabelecimento corresponde ao poder disciplinar.

Gabarito: Certo

Comentários: O poder disciplinar consiste na prerrogativa que a Administração Pública possui para investigar e punir os agentes públicos que praticarem infrações funcionais e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa, após o regular procedimento administrativo pautado no contraditório e na ampla defesa.

Neste sentido, por haver um vínculo jurídico específico entre o detento e a Administração Pública, o poder utilizado é o disciplinar.

80. Com relação aos poderes administrativos, julgue a assertiva a seguir de acordo com o posicionamento do STF:

A ANVISA, agência reguladora federal, não pode, no exercício do Poder Regulamentar, editar ato normativo proibindo a fabricação, importação e comercialização de determinados produtos no país, tendo em vista que os atos normativos infralegais não podem criar direitos e obrigações.

Gabarito: Errado

Comentários: O STF, no julgamento da ADI 4874/DF, entendeu pela constitucionalidade dos regulamentos editados pela ANVISA que proibiam a fabricação, importação e comercialização, no país, de produtos fumígenos derivados do tabaco que contenham as substâncias ou compostos que definiu como aditivos.

Repare que o ato normativo editado pela agência reguladora efetivamente criou obrigações, com base em sua atuação técnica, que não estavam previstas expressamente na lei.

A única ressalva que se faz, e que o aluno deve ficar atento nas provas, é que o STF entendeu que a competência normativa da ANVISA decorria do poder geral de polícia da Administração sanitária. Entretanto, entendendo que o exercício do poder normativo e do poder de polícia, neste caso, podem ocorrer de forma simultânea, tendo em vista que o poder de polícia é exercido por meio de ato normativo. Desta forma, é correto dizer que o ato

normativo é decorrente do poder normativo e que a proibição em si, contida no ato, é decorrente do poder de polícia.

(ADI 4874, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 01/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019)

81. O parecer é uma espécie de ato administrativo enunciativo. De acordo com o STF e a legislação vigente, quando a consulta é facultativa, a autoridade

não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo.

Gabarito: Certo

Comentários: STF:

“I. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídica deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir.”

MS 24631, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 09/08/2007, DJe-018 DIVULG 31-01-2008 PUBLIC 01-02-2008 EMENT VOL-02305-02 PP-00276 RTJ VOL-00204-01 PP-00250

82. Com relação aos atos administrativos, julgue a assertiva a seguir

Atos negociais são atos bilaterais da Administração Pública, como, por exemplo, os contratos administrativos.

Gabarito: Errado

Comentários: Atos negociais são atos de consentimento da Administração Pública ao pedido

do administrado para exercer uma atividade ou direito de interesse dele ou a utilização de bem público. São editados em situação em que o ordenamento jurídico exige que o particular obtenha anuência prévia da administração para o exercício da atividade desejada.

Por outro lado, é importante memorizar que, embora a nomenclatura utilizada seja “ato negocial”, trata-se de ato unilateral da administração. Não é uma espécie de contrato. O particular apenas provoca a administração mediante requerimento ou solicitação, mas o ato é

emitido mediante manifestação de vontade exclusiva da Administração Pública.

83. Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

À Administração Pública é facultada a exigência de garantia dos licitantes, cabendo ao Poder Público optar por uma das modalidades estabelecidas em Lei.

Gabarito: Errado

Comentários: A garantia poderá ser exigida em dois momentos:

a) Fase da licitação (art. 31, III): integra a fase da habilitação e está limitada a 1% do valor estimado para o objeto do contrato;

b) Fase da celebração do contrato (art. 56): nas contratações de obras, serviços e compras, limitada a 5% do valor do contrato.

Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, a garantia exigida do contratado poderá ser de 10% (art. 56, §3º).

A exigência de garantia é uma decisão discricionária da Administração Pública.

A lei prevê três modalidades de garantia, cabendo ao particular contratado escolher uma delas (art. 56, §1º).

84. Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

O contrato administrativo tem natureza comutativa, sendo o caráter formal indispensável à sua

celebração e presente em todos os contratos desta natureza.

Gabarito: Errado

Comentários: O erro está em dizer que o caráter formal é indispensável aos contratos administrativos. Excepcionalmente, é possível um contrato verbal. Neste sentido, o art. 60, parágrafo único da lei 8.666/93 prevê que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento na forma do dispositivo. Vejamos:



Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Assim, somente será válido o contrato verbal para pequenas compras de pronto pagamento, considerado aquele no valor de R\$ 8.800,00, feitas em regime de adiantamento (que ocorre quando o valor é empenhado e entregue ao servidor público para realização da compra).

As características dos contratos encontradas na doutrina administrativa em geral são as seguintes:

- a) Formalismo moderado;
- b) Bilateralidade;
- c) Comutatividade;
- d) Pessoalidade (contrato personalíssimo);
- e) Contrato de adesão;
- f) Desequilíbrio;
- g) Instabilidade.

85. Com relação às licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir

Sendo nulo o contrato realizado com a Administração Pública, por ausência de prévia licitação, o ente público deve deixar de efetuar o pagamento ao particular que prestou o serviço, haja vista que a nulidade do contrato opera efeitos retroativos.

Gabarito: Errada

Comentários: “Segundo jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que o contrato realizado com a

Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.”

AgRg no Ag 1056922/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJe 11/03/2009

86. Considerando a legislação pertinente e o entendimento do STJ, julgue a assertiva a seguir.

Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.

Gabarito: Errada

Comentários: O STJ afirmou que, não existindo previsão legal expressa, é incabível a inabilitação de empresas submetidas à recuperação judicial, tendo em vista a sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade. Assim, por constar a expressão “concordata” na lei 8.666/93, não é possível realizar interpretação extensiva para abranger a recuperação judicial.

Além disso, destacou que o escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, prevendo em seu art. 52, I, a possibilidade de contratação com o poder público. Por este motivo, é possível a participação de empresas em recuperação judicial em licitações, desde que preencham os demais requisitos da habilitação

87. Com relação aos serviços públicos e o princípio da continuidade, julgue o item a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência do STJ.

Quando o consumidor do serviço público é Pessoa Jurídica de Direito Público, é possível o corte no fornecimento.

Gabarito: Certo

Comentários: Quando o consumidor do serviço público é Pessoa Jurídica de Direito Público, o STJ já entendeu ser possível o corte no fornecimento, desde que não aconteça de forma indiscriminada, preservando-se as unidades públicas essenciais, que

atendam às necessidades inadiáveis da comunidade, devendo a análise ser realizada em cada caso, cabendo ainda a utilização por analogia das hipóteses de serviços essenciais da lei de greve (lei 7.783/89).

(EREsp 845.982/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/06/2009, DJe 03/08/2009).



88. Com relação aos serviços públicos e o princípio da continuidade, julgue o item a seguir de acordo com a legislação e a jurisprudência do STJ:

Nos contratos administrativos de concessão de serviços públicos, a concessionária pode suspender a prestação do serviço se houver atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

Gabarito: Errado

Comentários: A possibilidade de suspensão do cumprimento das obrigações somente ocorre nos contratos administrativos para compras de bens e contratação de serviços ou obras. No caso do contrato de concessão de serviços públicos não há possibilidade de imposição da exceção do contrato não cumprido.

Quanto aos contratos administrativos, a lei 8.666/93 dispõe:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Já com relação aos contratos de concessão de serviços públicos, a lei 8.987/95 estabelece, no art. 39, caput e parágrafo único, em caso de descumprimento das normas contratuais por parte da Administração Pública, a concessionária deverá buscar no Poder Judiciário a rescisão do contrato, somente podendo paralisar a prestação do serviço após o trânsito em julgado da decisão judicial.

89. No que diz respeito aos agentes públicos, concursos públicos e o regime jurídico disciplinar, julgue a assertiva a seguir.

Em ação ordinária, na qual se discute a eliminação de candidato em concurso público em razão da subjetividade dos critérios de avaliação do psicotécnico previstos no edital, a legitimidade passiva será do ente da Administração Pública

responsável pelo certame e não da entidade contratada para aplicação das avaliações.

Gabarito: Certo

Comentários: O STJ possui jurisprudência no sentido de que, em ação ordinária, na qual se discute a eliminação de candidato em concurso público em razão da subjetividade dos critérios de avaliação do psicotécnico previstos no edital, a legitimidade passiva será da entidade responsável pela elaboração do certame e não da entidade contratada para aplicação das avaliações.

REsp 1.425.594-ES, Rel. Min. Regina Helena Costa, por unanimidade, julgado em 7/3/2017, DJe 21/3/2017.

90. No que diz respeito aos agentes públicos, concursos públicos e o regime jurídico disciplinar, julgue a assertiva a seguir.

A dispensa do servidor temporário por nulidade da contratação enseja o direito ao recebimento apenas do saldo de salário e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da lei 8.036/90

Gabarito: Certo

Comentários: O STF entendeu que a dispensa do servidor temporário por nulidade da contratação enseja o direito ao recebimento apenas do saldo de salário e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da lei 8.036/90 (RE 765320 ED).

91. O agente público Alfredo do Estado Alfa praticou, de forma culposa, ato previsto na lei 8.429/92 como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. Neste sentido, assinale a alternativa correta

No caso de prática de ato por improbidade administrativa, não é possível a aplicação de demissão do servidor no âmbito do processo

administrativo disciplinar, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa perante o Poder Judiciário.

Gabarito: Errado

Comentários: Já decidiu o STJ que, no caso de prática de ato por improbidade administrativa, é possível a aplicação de demissão do servidor no âmbito do processo administrativo disciplinar, sem prejuízo da

ação por improbidade administrativa (MS 14.140-DF. Informativo 505).

92. Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

No caso de danos causados por notários e registradores responsabilidade é direta, pessoal e objetiva dos titulares de serviços de notas e de registros, tendo em vista se enquadram no conceito de pessoa privada prestadora de serviço público delegado, conforme art. 37, § 6º, CF, tendo o Estado apenas responsabilidade subsidiária.

Gabarito: Errado

Comentários: O STF definiu o tema em sede de Repercussão Geral, ao julgar o RE 842846, cuja decisão, por sua natureza didática, transcrevemos em parte a seguir:

“Repercussão geral constitucional que assenta a tese objetiva de que: o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.”

RE 842846, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 27/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019.

93. Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

O Município é objetivamente responsável pelos danos causados pelo comércio de fogos de artifícios em seu território.

Gabarito: Errado

Comentários: Recentemente o STF se manifestou quando à responsabilidade civil dos Municípios por danos causados pelo comércio de fogos de artifícios:

Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Município por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um

dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular. STF. Plenário. RE 136861/SP, rel. orig. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 11/3/2020 (repercussão geral – Tema 366) (Info 969).

94. Acerca dos bens públicos, julgue a assertiva a seguir
Terras devolutas são aquelas que não possuem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado, sendo, em regra, consideradas bens dominicais e pertencentes aos Estados.

Gabarito: Certo

Comentários: Terras devolutas são aquelas que não possuem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado.

Terras devolutas são as áreas que não são utilizadas para quaisquer finalidades públicas específicas e não integram, a qualquer título, o domínio privado. Por este motivo, integram o patrimônio público.

Em razão dessas características, em regra, as terras devolutas são bens dominicais.

No entanto, quando indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares das vias federais de comunicação e à preservação do meio ambiente, serão consideradas bens de uso especial, tendo em vista a sua destinação a uma finalidade específica.

Em regra, as terras devolutas pertencem aos Estados, a teor do art. 26, IV, CF.

No entanto, a CF previu, em seu art. 20, inciso II, que, excepcionalmente, pertencem à União Federal as terras devolutas:

- a) Indispensáveis à defesa das fronteiras;
- b) Indispensáveis à defesa das fortificações e construções militares;
- c) Indispensáveis à defesa das vias federais de comunicação; e



d) Indispensáveis à preservação ambiental, definidas em lei.

95. No que diz respeito às desapropriações, julgue a assertiva a seguir:

O direito de extensão consiste no direito de o proprietário solicitar que a desapropriação, quando parcial, englobe a totalidade do seu bem, caso a área remanescente não possua valor, não se aplicando à desapropriação ordinária por ausência de previsão no DL 3.365/41.

Gabarito: Errado

Comentários: Na defesa ainda, o réu poderá alegar o direito de extensão, que consiste no direito de exigir que, na desapropriação, se inclua a parte do restante do bem expropriado que se tornou inútil ou de difícil utilização quando separado da parcela desapropriada. Referido direito foi previsto no art. 4º da LC 76/93, no art. 12 do Decreto 4.956/1903 e no art. 19 da lei 4.504/64.

Por este motivo, a doutrina entende que tal direito pode ser alegado em qualquer modalidade de desapropriação, uma vez que se trata de assunto relacionado à justa indenização, pois a parte remanescente deve fazer parte da desapropriação e, conseqüentemente, do preço a ser pago pelo autor. Desta forma, pode ser alegado em defesa, não contrariando a limitação da cognição judicial do art. 20, DL 3.365/41.

DIREITO URBANÍSTICO

Igor Maciel

96. É vedada a usucapião de imóveis públicos, salvo no caso de imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizados por famílias de baixa renda como moradia, por cinco anos, sem interrupção e sem oposição.

Gabarito: Errado

Comentários: Os imóveis públicos não são passíveis de usucapião, conforme o art. 102 do Código Civil:

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Além disso, súmula nº 340 do STF:

"Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião".

97. O plano diretor deve indicar as áreas onde poderão ser utilizadas as medidas de exigência do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios.

Gabarito: Certo

Comentários: Há essa indicação expressa no §4º do art. 182 da Constituição Federal:

Artigo 182.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica **para área incluída no plano diretor**, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Assim, apesar de ser uma lei específica que irá regular tais atos, a área deverá ser indicada no plano diretor.

98. A instituição de regiões metropolitanas pelos estados federados deve ser precedida da edição de lei complementar federal, diante da autonomia que lhes foi conferida pela CF.

Gabarito: Errado

Comentários: Para a criação de regiões metropolitanas, é necessário lei complementar **estadual**, não federal:

CF

Art. 25.

§ 3º - **Os Estados poderão, mediante lei complementar**, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de



municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

99. A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que o comprador de um lote terá direito a suspender o pagamento das prestações se verificar que o loteamento não está registrado.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme art. 38 da Lei nº 6.766/79:

Art. 38. Verificado que o loteamento ou desmembramento não se acha registrado ou regularmente executado ou notificado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, deverá o adquirente do lote suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta.

100. A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que a sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes rescindir os contratos e compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme parte inicial do art. 30 da lei:

Art. 30. A sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes **não rescindir** os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma. Se a falência ou insolvência for do proprietário da área loteada ou do titular de direito sobre ela, incumbirá ao síndico ou ao administrador dar cumprimento aos referidos contratos; se do adquirente do lote, seus direitos serão levados à praça.

101. Pode-se afirmar como definição de lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos na

divisão feita pela Prefeitura para a zona em que se situe.

Gabarito: Errado

Comentários: Os índices são definidos pelo plano diretor ou por lei municipal, não por ato da Prefeitura, conforme o art.2º, §4º da Lei 6.766/79.

Art. 2º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

*§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos **definidos pelo plano diretor ou lei municipal** para a zona em que se situe.*

102. Caso seja verificado que um projeto de loteamento está situado em um terreno em que tenha sido aterrado material nocivo à saúde pública, haverá aprovação deste em condição suspensiva, devendo o loteador sanear o local em prazo razoável depois da conclusão do projeto, mas ainda antes de qualquer comprador lá residir.

Gabarito: Errado

Comentários: Esse é um caso de não aprovação do loteamento, devendo haver saneamento anterior, conforme, conforme o art. 3º da Lei nº 6.766/79:

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

103. De acordo com a jurisprudência do STJ, se parte de um imóvel urbano for declarada área de preservação urbana pelo Poder Público, essa porção da propriedade é retirada do domínio privado e passa a ser considerada bem público para todos os efeitos, incluindo-se os tributários.

Gabarito: Errado

Comentários: Se parte de um imóvel for declarada como área *non aedificandi*, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente, estas continuam sendo de propriedade do particular e, além disso, o IPTU continuará a incidir normalmente.

A Lei 6.766/79 estabelece a necessidade de se reservar nos loteamentos áreas *non aedificandi*:

Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

Art. 5º. O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos.

Parágrafo único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Mas e em relação ao IPTU? O proprietário de imóvel que possui área *non aedificandi* precisa pagar IPTU sobre o valor total da propriedade ou apenas sobre o valor edificável?

Esta discussão chegou ao STJ, onde os contribuintes argumentavam que a ausência de disposição total da propriedade não poderia ensejar o pagamento do IPTU sobre o imóvel integral.

Alegavam, pois, que estavam pagando o tributo sobre toda a propriedade quando apenas poderiam dispor de parte dela, dada a necessidade da limitação administrativa quanto à impossibilidade de edificação no terreno como um todo.

Contudo, o STJ não aceitou tais argumentos.

É que o fato gerador do IPTU (propriedade de imóvel urbano) permanece íntegro, qual seja, a propriedade localizada na zona urbana do município. A restrição parcial à utilização do imóvel não pode afastar a incidência do tributo.

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. IPTU. LIMITAÇÃO DE USO, GOZO E FRUIÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ARTS. 175, I E II, E 176 DO CTN.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a restrição à utilização parcial da propriedade não afasta a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano, uma vez que o fato gerador da exação permanece íntegro, qual seja, a propriedade localizada na zona urbana do município. (...)

(AgRg no REsp 1564422/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 10/02/2016).

104. De acordo com o Estatuto da Cidade, quando já houver estudo prévio de impacto ambiental, o estudo prévio de impacto de vizinhança passa a ser facultativo ainda quando previsto em lei municipal.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a referida lei:

Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.

Assim, a previsão legal ainda persistirá, sendo obrigatório o EIV quando previsto:

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

105. Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:

Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos a partir da efetiva ocupação do imóvel.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a súmula nº 69 do STJ, na desapropriação direta os juros compensatórios são



devidos desde a antecipada imissão na posse. A afirmação trata do caso da desapropriação indireta:

Súmula 69 – STJ: Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada

imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.

Súmula 164 – STJ: No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.

106. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os municípios com mais de vinte mil habitantes não podem legislar sobre ordenamento urbano em outras leis, desde que compatíveis com diretrizes estabelecidas no plano diretor.

Gabarito: Errado

Comentários: O STF decidiu no RE-607.940:

“Os municípios com mais de vinte mil habitantes e o Distrito Federal **podem legislar** sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor”.

A questão está em conformidade com o art.182, §4º da CF, que exige lei específica baseada no plano diretor.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem - estar de seus habitantes.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos,

em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

107. Em relação ao tombamento, estão excluídas do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de

origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme art. 3º, item 1) do Dec.-Lei nº 25/37:

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;

108. O Superior Tribunal de Justiça tem admitido, de forma excepcional, a apresentação de reconvenção em ação popular nos casos de indenização por danos morais que tenha como fundamento o exercício abusivo do direito de ação.

Gabarito: Errado

Comentários: Quanto à natureza jurídica da legitimação do cidadão (FONTELES, pg. 136):tem prevalecido na doutrina e jurisprudência que o cidadão, quando vai a juízo por meio da ação popular, tutela em nome próprio direito alheio. Ou seja, trata-se do fenômeno da substituição processual ou da legitimação extraordinária. A consequência prática da ação dessa corrente é das mais relevantes, qual seja, a **impossibilidade de reconvenção na ação popular.**

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. **RECONVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.** DANO MORAL. AFERIÇÃO. SÚMULA 07/STJ.

1. A ação popular é um dos mais antigos meios constitucionais de participação do cidadão nos negócios públicos, na defesa da sociedade e dos relevantes valores a que foi destinada. Admitir o uso da reconvenção produziria efeito inibitório do manejo desse importante instrumento de cidadania, o que o constituinte procurou arredar, quando isentou o autor das custas processuais e do ônus da sucumbência.



2. O instituto da reconvenção exige, como pressuposto de cabimento, a conexão entre a causa deduzida em juízo e a pretensão contraposta pelo réu. A conexão de causas, por sua vez, dá-se por coincidência de objeto ou causa de pedir.

3. Na hipótese, existe clara diversidade entre a ação popular e a reconvenção. Enquanto a primeira objetiva a anulação de ato administrativo e tem como causa de pedir a suposta lesividade ao patrimônio público, a segunda visa à indenização por danos morais e tem como fundamento o exercício abusivo do direito à ação popular.

4. O pedido reconvenicional pressupõe que as partes estejam litigando sobre situações jurídicas que lhes são próprias. Na ação popular, o autor não ostenta posição jurídica própria, nem titulariza o direito discutido na ação, que é de natureza indisponível. Defende-se, em verdade, interesses pertencentes a toda sociedade. É de se aplicar, assim, o parágrafo único do art. 315 do CPC, que não permite ao réu, "em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem".

(...)

6. Recurso especial improvido. (REsp 72.065/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2004, DJ 06/09/2004, p. 185):

109. Sobre a ação civil pública é correto afirmar que se houver condenação em dinheiro, a indenização será revertida ao Estado, que deverá aplicar os recursos na recomposição do dano

Gabarito: Errado

Comentários: A condenação será revertida a um fundo, não ao Estado, conforme o art. 13 da Lei nº 7.347/85

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

110. De acordo com a Lei nº 13.465/17, a legitimação fundiária constitui forma derivada de aquisição do direito real da propriedade, sendo conferido por ato do Poder Público.

Gabarito: Errado

Comentários: Conforme o art. 23 da referida lei:

Art. 23. **A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.**

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

111. A legislação municipal não pode reduzir a proteção conferida às áreas de preservação permanente previstas pelo Código Florestal.

Gabarito: Certa

Comentário: O STJ decidiu, no AREsp 1312435, e sob o fundamento dos princípios do mínimo existencial ecológico e do ambiente ecologicamente equilibrado, que o Município pode aumentar a proteção ambiental garantida por legislação federal, jamais diminuir.

112. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Gabarito: Errada

Comentário: Segundo o artigo 225, da CF/88, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

113. O transporte em quantidade excessiva de madeira, não amparada pela respectiva guia de autorização,



torna legítima a apreensão de toda a carga, mesmo que parte dela esteja regular.

Gabarito: Certa

Comentário: O STJ, no REsp 1784755, entendeu que “a gravidade da conduta de quem transporta madeira em desconhecimento com a respectiva guia de autorização não se calcula com base no referido

quantitativo em excesso. Sobredita infração compromete a eficácia de todo o sistema de proteção ambiental, seja no tocante à atividade de planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, seja quanto ao controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras, seja no que diz respeito à proteção de áreas ameaçadas de degradação. Logo, a medida de apreensão deve compreender a totalidade da mercadoria transportada, apenando-se a conduta praticada pelo infrator e não apenas o objeto dela resultante”.

114. É constitucional lei estadual que exige prévia autorização da Assembleia Legislativa para que os órgãos do SISNAMA possam celebrar instrumentos de cooperação no Estado, tendo em vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

Gabarito: Errada

Comentário: O STF, na ADI 4348, decidiu ser “inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes, a submissão prévia ao Poder Legislativo estadual, para aprovação, dos instrumentos de cooperação firmados pelos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A transferência de responsabilidades ou atribuições de órgãos componentes do SISNAMA é, igualmente, competência privativa do Poder Executivo e, dessa forma, não pode ficar condicionada a aprovação prévia da Assembleia Legislativa”.

115. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei do respectivo Estado, sem o que não poderão ser instaladas.

Gabarito: Errada

Comentário: Segundo o artigo 225, §6º, da CF, as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua

localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

116. É inconstitucional a redução ou extinção de unidade de conservação por meio de Medida Provisória, mesmo tendo esta força de lei.

Gabarito: Certa

Comentário: O STF, na ADI 4717, decidiu que as medidas provisórias não podem veicular norma que altere espaços territoriais especialmente protegidos, sob pena de ofensa ao art. 225, §1º, III, da CF/88, acarretando, ainda, ofensa ao princípio da proibição de retrocesso socioambiental.

117. É isento do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, dentre outras hipóteses, o manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Gabarito: Certa

Comentário: Segundo o artigo 32, do CFlo, são isentos de PMFS a supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo, o manejo e a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal e a exploração florestal não comercial realizada nas pequenas propriedades ou posses rurais familiares ou por populações tradicionais.

118. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva, dentre outras coisas, reconhecer a água como bem sem valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu hipotético valor.

Gabarito: Errada

Comentário: Segundo o artigo 19, da Lei 9433/97, a cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

119. Mesmo em caso de infração ambiental de maior gravidade, é necessária, antes da aplicação da multa, a aplicação da pena de advertência.

Gabarito: Errada

Comentário: O STJ entendeu, no REsp 1318051, pela viabilidade de aplicação de pena de multa independente da aplicação de pena de advertência, ante a gravidade da infração. Além do mais, a penalidade de advertência a que alude o art. 72, § 3º, I, da Lei n. 9.605/1998 tão somente tem aplicação

nas infrações de menor potencial ofensivo, justamente porque ostenta caráter preventivo e pedagógico.

120. O princípio da proibição do retrocesso veda, em qualquer hipótese, e mesmo temporariamente, a flexibilização de direitos ambientais.

Gabarito: Errada

Comentário: Em casos excepcionais (tais como calamidade pública ou casos de urgência) admite-se, temporariamente, a flexibilização dos direitos socioambientais, devendo-se, após a volta da normalidade, se retornar ao status quo ante de proteção. (Exceção da regra).

121. O direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade, fica assegurado durante o prazo seu prazo de vigência, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Gabarito: Certa

Comentário: Segundo o artigo 25, §2º, da Lei 10.257/2001, o direito de preempção, previsto no Estatuto da Cidade, fica assegurado durante o prazo seu prazo de vigência (não superior a 5 anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência), independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

122. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até quinhentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Gabarito: Errada

Comentário: Segundo o artigo 9º, do Estatuto da Cidade, aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (usucapião especial de imóvel urbano).

123. Particular que deposita resíduos tóxicos em seu terreno, mesmo sinalizando o local com placas, responde pelo dano ambiental causado, independente da eventual culpa exclusiva ou concorrente da vítima.

Gabarito: Certa

Comentário: O STJ, no REsp 1373788, decidiu que a responsabilidade civil por danos ambientais, seja por lesão ao meio ambiente propriamente dito (dano ambiental público), seja por ofensa a direitos individuais (dano ambiental privado), é objetiva, fundada na teoria do risco integral, em face do disposto no art. 14, § 10º, da Lei n. 6.938/81, e a colocação de placas no local indicando a presença de material orgânico não é suficiente para excluir a responsabilidade civil, sendo irrelevante eventual culpa exclusiva ou concorrente da vítima.

124. As unidades de conservação estão agrupadas em três grandes grupos, a saber: proteção integral, uso sustentável e mosaicos ambientais.

Gabarito: Errada

Comentário: As unidades de conservação estão agrupadas em dois grandes grupos, a saber: proteção integral e uso sustentável (artigo 7º, da Lei 9985/2000).

125. São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros, o zoneamento ambiental, a concessão florestal, a servidão ambiental e o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Gabarito: Certa



Comentário: Os instrumentos da PNMA estão elencados no artigo 9º, da Lei 6.938/81, e englobam os indicados no enunciado.

DIREITO PENAL

Ivan Marques

126. Nos crimes omissivos puros, exige-se a ocorrência de resultado naturalístico, uma vez que a simples omissão contida na norma não basta para que eles se aperfeiçoem.

Gabarito: Errado

Comentários: não se exige a ocorrência de resultado naturalístico para a consumação dos crimes omissivos próprios. Como exemplo, podemos imaginar a omissão de socorro, que se consuma independentemente de qualquer resultado que, se ocorrer, apenas irá servir como causa de aumento de pena. Exige-se o resultado naturalístico no caso dos crimes omissivos impróprios, como no caso da mãe que não alimenta o filho recém-nascido, deixando-o morrer de fome. Deste modo, está incorreta a alternativa.

127. Tamara transou sem preservativo e, meses após, percebeu que o seu ciclo menstrual estava atrasado. Resolveu, então, adquirir medicamento abortivo, tomou-o na dose indicada e percebeu, ainda assim, que o ciclo não havia voltado. Então, foi ao médico e descobriu que estava com uma enfermidade, sendo que em momento algum esteve grávida. A situação se amolda ao que a doutrina denomina de crime putativo por erro de proibição.

Gabarito: Errado

Comentários: A ausência de gravidez impossibilita a prática do crime de aborto. Deste modo, se Tamara queria praticar o delito, mas não o fez por impropriedade absoluta do objeto (não havia produto da gravidez a ser abortado). Logo, o delito é putativo, suposto, imaginado. Seu erro decorreu de falsa percepção da realidade, sendo, por isso, classificado como delito putativo por erro de tipo.

128. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

Gabarito: Certo

Comentários: É o teor da Súmula 631 do STJ.

129. Os crimes de inserção de dados falsos e de modificação ou alteração de dados não autorizada em sistema de informações só se configuram se praticados por funcionário público autorizado, com o fim específico de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano, sendo as penas aumentadas de um terço até a metade se da

modificação ou alteração resultar dano para a administração pública ou para o administrado.

Gabarito: Errado

Comentários: De início, vejamos os tipos penais referidos no enunciado, previstos nos artigos 307 do Código Penal:

Inserção de dados falsos em sistema de informações

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.



Percebam que o tipo penal da inserção de dados falsos em sistema de informações exige que o sujeito ativo seja funcionário público autorizado. Por outro lado, o tipo penal do crime de modificação ou alteração não exige que o funcionário público seja autorizado. Pelo contrário, o tipo penal traz a exigência de que a conduta ocorra “sem autorização ou solicitação de autoridade competente”.

O item está **incorreto**. No caso do delito de modificação ou alteração de dados não autorizada em sistema de informações, não se exige do sujeito ativo a qualidade de “autorizado”.

130. Considere que Rodrigo e Eustáquio sejam condenados, definitivamente, a uma mesma pena,

por terem praticado, em coautoria, o crime de roubo. Nessa situação, incidindo a interrupção da prescrição da pretensão executória da referida pena em relação a Rodrigo, essa interrupção não produzirá efeitos em relação a Eustáquio.

Gabarito: Certo

Comentários: Neste caso, o enunciado cobra o conhecimento da letra da lei, conforme se depreende da leitura do artigo 117, incisos V e VI, e seus parágrafos 1º e 2º:

CP, Art. Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: (...)

V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;

VI - pela reincidência.

§ 1º - **Excetuados os casos dos incisos V e VI deste artigo**, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.

§ 2º - Interrompida a prescrição, salvo a hipótese do inciso V deste artigo, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.

O parágrafo primeiro, que trata da extensão dos efeitos da interrupção da prescrição, excetua justamente os incisos V e VI. Referidos incisos tratam do início ou continuação do cumprimento da pena e da

reincidência, ou seja, os dois casos de interrupção que cuidam da prescrição da pretensão executória.

O item está **correto**. A interrupção da prescrição da pretensão executória não produz efeitos em relação aos demais autores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

131. Acerca da prisão preventiva e dos princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, julgue o item a seguir.

Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação

criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

Gabarito: Certo

Comentários: O princípio da presunção de inocência impede que o Estado dê tratamento aos acusados como se eles fossem culpados, antes do trânsito em julgado. Além disso, a Lei nº. 13.964/2019 (Pacote

Anticrime) expressamente trouxe a proibição da prisão preventiva com intuito de antecipar a pena.

Art. 313. § 2º Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.

132. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação ao inquérito policial, avalie a assertiva a seguir.

Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

Gabarito: Certo

Comentários: é o que estabelece a Súmula 524. Por outro lado, a autoridade policial poderá retomar a investigação se tiver notícia de outras provas, de acordo com o art. 18 do CPP.



Súmula 524/STF. Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

133. Embora a reparação do dano seja condição para a suspensão condicional do processo, não o é para o acordo de não persecução penal.

Gabarito: Errado

Comentários: Para ambos os institutos despenalizadores, a reparação do dano é condição primeira. Eis as disposições legais:

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: I - reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo;

Lei 9.099/95. Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal). § 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições: I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

134. A respeito da teoria geral dos recursos, julgue o item a seguir.

Interposto recurso de apelação contra a sentença condenatória pela defesa e pelo Ministério Público, não poderá o tribunal ou a câmara agravar a pena, sob pena de violação ao princípio da vedação à *reformatio in pejus*.

Gabarito: Errado

Comentários: A proibição à *reformatio in pejus* ocorre apenas quando o recurso é exclusivo da defesa, não havendo que se falar em violação a tal princípio quando o recurso foi interposto pela acusação.

Art. 617. O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos arts. 383, 386 e 387, no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.

135. Julgue o item a seguir, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.

Gabarito: Errado

Comentários: O entendimento no STJ estampado na Súmula 9 foi tacitamente revogado pela Súmula 347:

Súmula 9/STJ - A exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência. (Súmula 9, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 06/09/1990).

Súmula 347/STJ - O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

136. Considerando as previsões do Código Civil acerca do contrato de penhor, julgue o item que se segue.

É válido o contrato de penhor de veículo formalizado por meio de instrumento público ou particular, cujo prazo máximo de vigência é de dois anos, prorrogável, no máximo, por igual período.

Gabarito: Certo



Comentários: A assertiva está **correta**. De acordo com o art. 1.462: “Constitui-se o penhor, a que se refere o artigo antecedente, mediante instrumento público ou particular, registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, e anotado no certificado de propriedade”.

Além disso, dispõe o art. 1.466: “O penhor de veículos só se pode convencionar pelo prazo máximo de dois anos, prorrogável até o limite de igual tempo, averbada a prorrogação à margem do registro respectivo”.

137. A respeito de prescrição e sua aplicação ao direito das obrigações, julgue que se segue.

A cláusula contratual securitária que estipule prazo prescricional igual a um ano contado da data do fato para que o beneficiário reclame o valor de eventuais danos sofridos, deverá ser considerada nula.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está **correta**. É o que prevê o art. 192: “Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes”.

138. Considerando os atos e negócios jurídicos, julgue a assertiva a seguir:

A ação de destruir o vidro de veículo alheio, de alto valor comercial, objetivando removê-lo de local atingido por incêndio acidental, constitui ato ilícito, nos termos do Código Civil.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva está **incorreta**. De acordo com o art. 188, inc. II: “Não constituem atos ilícitos: a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente”.

139. Com base no entendimento dos Tribunais Superiores acerca da penhora, julgue o item subsequente.

O proprietário de imóvel gerador de débitos condominiais pode ter o seu bem penhorado em ação de cobrança ajuizada em face de locatário.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está **correta**. De acordo com o entendimento exarado pelo STJ no julgamento do REsp. 1.829.663-AP: “O proprietário de imóvel gerador de débitos condominiais pode ter o seu bem penhorado em ação de cobrança ajuizada em face de locatário, já em fase de cumprimento de sentença, da qual não figurou no polo passivo”.

140. Considerando o entendimento do STJ acerca do Contrato de Locação, julgue o item que se segue:

A inércia do locador em exigir o reajuste dos aluguéis por longo período de tempo não impede a cobrança dos valores pretéritos.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva está **incorreta**. Conforme dispõe o informativo nº 659 do STJ: “A inércia do locador em exigir o reajuste dos aluguéis por longo período de tempo suprime o direito à cobrança de valores pretéritos, mas não impede a atualização dos aluguéis a partir da notificação extrajudicial encaminhada ao locatário”.

141. Julgue o item seguinte, considerando as previsões do Código Civil a respeito dos direitos da personalidade e da prova de fato jurídico.

A confissão como instrumento de prova de fato jurídico pode ser firmada pela parte, independente da sua capacidade civil, por seu representante ou, ainda, por intermédio de testemunha.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva está **incorreta**. Nos termos do art. 213, caput e parágrafo único: “Não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados. Se feita a confissão por um representante, somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado”.

142. Acerca da responsabilidade civil, julgue o item que se segue.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de públicos.

Gabarito: Certo



Comentários: A assertiva está **correta**. Segundo dispõe o art. 37, §6º, da CF: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

143. Acerca de direitos da personalidade, julgue o item seguinte.

O espólio detém legitimidade para postular indenização pelos danos materiais e morais experimentados pelos respectivos herdeiros

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva está **incorreta**. Segundo o entendimento exarado pelo STJ no julgamento do REsp 1.292.983-AL: “O espólio não tem legitimidade ativa ad causam para pleitear indenização por danos morais sofridos pelos herdeiros em decorrência do óbito de seu genitor”.

144. Acerca do direito das obrigações, julgue o item a seguir.

Em regra, as obrigações pecuniárias somente podem ser quitadas em moeda nacional e pelo seu valor nominal.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está **correta**, nos termos do art. 315: “As dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal, salvo o disposto nos artigos subseqüentes”.

145. A respeito do negócio jurídico, das obrigações, dos contratos e da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Conforme prevê o entendimento majoritário do STJ, as empresas concessionárias de energia elétrica respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros, em suas instalações, em virtude do altíssimo risco que envolve o fornecimento de energia elétrica.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está **correta**. No entendimento exarado pelo STJ, quando do julgamento do REsp 1.095.575-SP: “O risco da atividade de fornecimento de

energia elétrica é altíssimo sendo necessária a manutenção e fiscalização rotineira das instalações. Reconhecida, portanto, a responsabilidade objetiva e o dever de indenizar”.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

146. A solução consensual dos conflitos foi expressamente permitida pelo CPC de 2015, todavia, é vedado o seu incentivo por parte do juiz, sob pena de ofensa ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 3º, § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Sobre o direito intertemporal, julgue as 03 alternativas que seguem:

147. A coisa julgada de questões prejudiciais, prevista no art. 503, §1º, do CPC, só se aplica para os processos que tenham sentença proferida a partir de 18 de março de 2016.

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 1.054. O disposto no art. 503, § 1º, somente se aplica aos processos iniciados após

a vigência deste Código, aplicando-se aos anteriores o disposto nos arts. 5º, 325 e 470 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

148. O CPC consagrou, como regra, a teoria do isolamento dos atos processuais, segundo a qual as disposições do novo diploma devem ser aplicadas imediatamente a todos os processos pendentes. Todavia, também é possível encontrar a aplicação da teoria da unidade e das fases processuais em alguns dispositivos do diploma processual.



Gabarito: Certo

Comentários: A regra do isolamento dos atos processuais vem prevista nos artigos 14 e 1046 do CPC. Contudo, há exceções expressas no próprio código. Como exemplo, podemos citar a aplicação da teoria da unidade (art. 1046, §1º) e das fases processuais (art. 1054).

149. O NCPC autoriza, sem ressalvas, a concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública, derogando tacitamente as normas que dispõem em sentido contrário.

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 1.059. À tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública aplica-se o disposto nos arts. 1º a 4º da Lei no 8.437, de 30 de junho de 1992, e no art. 7º, § 2º, da Lei no 12.016, de 7 de agosto de 2009.

A respeito da cooperação jurídica internacional, julgue os itens a seguir:

150. Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. Entretanto, não se exige reciprocidade para homologação de sentença estrangeira.

Gabarito: Certo

Comentários: CPC, Art. 28, §1º: § 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. §2º Não se exigirá a reciprocidade referida no § 1º para homologação de sentença estrangeira.

151. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

Gabarito: Certo

Comentários: CPC, Art. 36. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

152. É regular a citação da pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil, ainda que não seja formalmente aquela mesma pessoa jurídica ou agência ou filial

Gabarito: Certo

Comentários: É regular a citação da pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil, ainda que não seja formalmente aquela mesma pessoa jurídica ou agência ou filial. STJ. Corte Especial. HDE 410-EX, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 20/11/2019 (Info 661).

153. O prazo para cumprimento voluntário de sentença deverá ser computado em dias corridos, tendo em vista que não se trata de prazo processual.

Gabarito: Errado

Comentários: O prazo previsto no art. 523, caput, do Código de Processo Civil, para o cumprimento voluntário da obrigação, possui natureza processual, devendo ser contado em dias úteis. STJ. 3ª Turma.

REsp 1.708.348-RJ, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 25/06/2019 (Info 652)

Sobre a arbitragem, julgue os itens a seguir:

154. A arbitragem que envolva a administração pública poderá ocorrer com base no direito ou na equidade, mas deverá respeitar o princípio da publicidade.

Gabarito: Errado

Comentários: Lei nº 9.307/96, Art. 2º, § 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.

155. No cumprimento da carta arbitral será observado o segredo de justiça, desde que comprovada a confidencialidade estipulada na arbitragem.

Gabarito: Certo

Comentários: Lei nº 9.307/96, Art. 22-C, Parágrafo único. No cumprimento da carta arbitral será observado o segredo de justiça, desde que comprovada a confidencialidade estipulada na arbitragem.

156. A sentença arbitral faz coisa julgada material, autorizando a revisão judicial apenas quanto a vícios formais, mas nunca quanto ao seu conteúdo.

Gabarito: Certo

Comentários: Lei nº 9.307/96, Art. 33. A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a declaração de nulidade da sentença arbitral, nos casos previstos nesta Lei.

157. A parte interessada poderá ingressar em juízo para requerer a prolação de sentença arbitral complementar, se o árbitro não decidir todos os pedidos submetidos à arbitragem.

Gabarito: Certo

Comentários: Lei nº 9.307/96, Art. 33, § 4º A parte interessada poderá ingressar em juízo para requerer a prolação de sentença arbitral complementar, se o

árbitro não decidir todos os pedidos submetidos à arbitragem.

158. No que se refere ao litisconsórcio, o ordenamento jurídico prevê algumas hipóteses em que é possível litisconsórcio unitário passivo facultativo.

Gabarito: Certo

Comentários: Nesses casos, a decisão jurisdicional será uniforme a todos os que participam daquela relação jurídica (litisconsórcio unitário). Contudo, não haverá necessidade de todos os litisconsortes estarem presentes naquela demanda (litisconsórcio facultativo). Exemplos: litisconsórcio entre réu-denunciante e denunciado à lide (art. 128, I, CPC); ii-litisconsórcio entre réu-alienante de coisa litigiosa e adquirente (art. 109, §2º, CPC).

159. A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se, dentre outras hipóteses, a sentença lhe for desfavorável. Nesse caso, o ressarcimento devido deverá, sempre

que possível, ser liquidado nos próprios autos, desde que haja pronunciamento judicial exposto a esse respeito na sentença.

Gabarito: Errado

Comentários: (...) Com efeito, a obrigação de indenizar a parte adversa dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada é decorrência ex lege da sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução de mérito, como no caso, sendo dispensável, portanto, pronunciamento judicial a esse respeito, devendo o respectivo valor ser liquidado nos próprios autos em que a medida tiver sido concedida, em obediência, inclusive, aos princípios da celeridade e economia processual. 5. Recurso especial provido. (REsp 1770124/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 24/05/2019).

160. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser proposta no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não

dependendo do adiantamento de novas custas processuais

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 308. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

Sobre as provas no processo civil, julgue os itens a seguir:

161. A produção antecipada da prova deverá ser ajuizada no juízo competente para o julgamento da causa principal.

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 381, §2º: A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do réu.



162. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Gabarito: Certo

Comentários: CPC, Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

163. Conforme o NCPC, no cumprimento de sentença, a Fazenda Pública pode impugnar a execução, podendo arguir, dentre outras matérias, a inexecuibilidade do título e a penhora incorreta ou avaliação errônea do bem.

Gabarito: Errado

Comentários: Os bens da FP são impenhoráveis, razão pela qual deve-se observar o procedimento de pagamento por precatório ou RPV, motivo pelo qual

não há possibilidade de alegação de penhora incorreta ou avaliação errônea do bem, tal como ocorre no cumprimento de sentença entre particulares.

164. Se houver cumulação da ação de demarcação com a de divisão de terras particulares, o processamento do feito será conjunto.

Gabarito: Errado

Comentários: Art. 570. É lícita a cumulação dessas ações, caso em que deverá processar-se primeiramente a demarcação total ou parcial da coisa comum, citando-se os confinantes e os condôminos.

165. O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, desde que o executado seja o mesmo, sendo este o único requisito.

Gabarito: Errado

Comentários: Para que haja cumulação de execuções, faz-se necessário observar 03 requisitos (e não 02, como apontado na assertiva): a) juízo competente deve ser o mesmo; b) mesmo executado; c) identidade

quanto à forma de execução (não pode haver cumulação de obrigação de fazer com outra de pagar quantia certa, p. ex). CPC, art. 780. O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

166. O prazo para propositura dos embargos à execução é de quinze dias, salvo quando haja litisconsórcio passivo com patronos diferentes, de diferentes escritórios de advocacia.

Gabarito: Errado

Comentários: CPC, Art. 915. Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado, conforme o caso, na forma do art. 231. § 3º Em relação ao prazo para oferecimento dos embargos à execução, não se aplica o disposto no art. 229. Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

167. É incabível reconvenção em embargos à execução, segundo o STJ.

Gabarito: Certo

Comentários: É incabível o oferecimento de reconvenção em embargos à execução. O processo de execução tem como finalidade a satisfação do crédito constituído, razão pela qual se revela inviável a reconvenção, na medida em que, se admitida, ocasionaria o surgimento de uma relação instrumental cognitiva simultânea, o que inviabilizaria o prosseguimento da ação executiva. (...)REsp 1.085.689-RJ, Primeira Turma, DJe 4/11/2009. REsp 1.528.049-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 18/8/2015, DJe 28/8/2015 (informativo 567).

168. A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente.

Gabarito: Certo



Comentários: A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente. STJ. 2ª Seção. REsp 957.460/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/02/2020

169. Não é possível fracionar o crédito de honorários advocatícios em litisconsórcio ativo facultativo simples em execução contra a Fazenda Pública por frustrar o regime do precatório.

Gabarito: Certo

Comentários: A quantia devida a título de honorários advocatícios é uma só, fixada de forma global, pois se trata de um único processo, e, portanto, consiste em título a ser executado de forma una e indivisível. STF. Plenário. RE 919269/RS, Rel. para acórdão Dias Toffoli, julgado em 07/02/2019.

170. A interposição de sucessivos recursos com finalidade meramente protelatória autoriza o imediato cumprimento da decisão.

Gabarito: Certo

Comentários: A interposição de sucessivos recursos com finalidade meramente protelatória autoriza o imediato cumprimento da decisão. STJ. Corte Especial. EDcl no AgRg nos EDcl no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 828.342/PR, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 30/06/2017

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

171. No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Dado o princípio constitucional de livre iniciativa, é permitido ao empresário iniciar suas atividades comerciais concomitantemente com o pedido de sua inscrição no registro público de empresas mercantis.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis

da respectiva sede, antes do início de sua atividade. Via de regra, antes de iniciar suas atividades, deverá o empresário/sociedade empresária realizar sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 967, CC). De modo que o registro, nesse caso, será obrigatório e terá natureza declaratória da condição de empresário (verificado os elementos da empresa, art. 966 do CC). Caso o empresário/sociedade não realize o registro, não perderá a condição de empresário, mas estará sujeito às regras prescritas para as Sociedades Não Personificadas (art. 986 a 996 do CC).

172. Acerca dos impedimentos, direitos e deveres do empresário, julgue o item que se segue de acordo com a legislação vigente. O incapaz não pode ser autorizado a iniciar o exercício de uma atividade empresarial individual, mas, excepcionalmente, poderá ele ser autorizado a dar continuidade a atividade preexistente.

Gabarito: Certo

Comentário: O incapaz nunca pode iniciar como empresário, mas pode sim exercer empresa dando continuidade a uma empresa que antes era exercida por ele mesmo enquanto era capaz ou uma empresa que era exercida por seus pais ou por autor de

herança. Essa continuidade de uma empresa por um incapaz será feita com a devida autorização judicial, porém, esse incapaz não pode exercer a empresa diretamente, terá que ser representado ou assistido.

CC - Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

173. Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Sociedade empresária poderá ser registrada tanto nos órgãos de registro de comércio quanto nos cartórios de títulos, devendo a sociedade simples ser obrigatoriamente registrada em cartório de registro de pessoas jurídicas.

Gabarito: Errado

Comentário: Ao empresário (empresário individual e sociedade empresária), no que tange o seu registro,



aplicam-se as seguintes regras: CC, Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. CC, Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

A sociedade simples estará vinculada ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, portanto seu registro ocorrerá no cartório de pessoas jurídicas.

174. Julgue o item a seguir, relativo à regularidade, ou não, de sociedades empresárias e às possíveis consequências devidas a situações de irregularidade. Uma das sanções imponíveis à sociedade empresária que funcione sem registro na junta comercial é a responsabilização ilimitada dos seus sócios pelas obrigações da sociedade.

Gabarito: Certo

Comentário: A sociedade que não faz o devido registro é uma sociedade irregular, e sofre a

consequência de ser regida pelas regras das sociedades em comum, e nesse caso os seus sócios respondem de maneira ilimitada pelas obrigações que forem contraídas pela sociedade.

Todos os sócios da sociedade irregular respondem de maneira ilimitada pelas obrigações sociais.

CC - Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.

175. No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue. Os administradores da sociedade limitada respondem com seu patrimônio por créditos decorrentes de obrigações tributárias, por fatos que praticarem com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatutos.

Gabarito: Certo

Comentário: Trata-se de desconsideração da personalidade jurídica por abuso ou desvio de finalidade – ou seja, por infração à lei, contrato ou estatuto social. E está prevista no art. 50 do Código Civil que o patrimônio do administrador poderá ser alcançado para adimplir as obrigações sociais: Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Ademais, o art. 135 do Código Tributário Nacional assim dispõe: Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: I – as pessoas referidas no artigo anterior; II – os mandatários, prepostos e empregados; III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

176. Acerca das companhias, julgue o item subsequente.

Na constituição desse tipo de sociedade, exige-se, em regra, realização, a título de entrada, de 10%, no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro.

Gabarito: Certo

Comentário: Segundo a Lei 6.404/76: Art. 80. A constituição da companhia depende do cumprimento dos seguintes requisitos preliminares: I - subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; II - realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro; III - depósito, no Banco do Brasil S/A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro.



177. Acerca das sociedades empresárias, julgue o item que se segue. O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas pela sociedade anônima.

Gabarito: Certo

Comentário: As ações preferenciais são as que concedem algum tipo de vantagem ao seu titular. Por exemplo, prioridade na distribuição dos dividendos ou prioridade no reembolso do capital. Essas ações podem ser emitidas e o seu possuidor não ter direito a voto ou ser restrito esse direito.

A emissão desse tipo de ação por sociedade anônima não pode ultrapassar 50% de todas ações emitidas pela companhia.

Lei das S.A - Art. 15. § 2o O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

178. Julgue o item a seguir com base no entendimento atual do STJ acerca de direito empresarial.

A novação decorrente da concessão da recuperação judicial após aprovado o plano em assembleia enseja

a suspensão das execuções individuais ajuizadas contra a própria devedora.

Gabarito: Errado

Comentário: A concessão da recuperação judicial com a respectiva aprovação do plano de recuperação consiste em uma renegociação das dívidas entre o devedor e seus credores sujeitos ao plano. Essa renegociação juridicamente acarreta a novação dos créditos anteriores ao pedido, fazendo com que se extinga o negócio anterior e passe a valer essa nova situação de crédito e débito.

Lei 11.101 de 2005 - Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias,(...)

179. Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Se a falência for decretada por sentença em processo de falência, todos os bens do falido tornar-se-ão indisponíveis, mesmo aqueles que façam parte das atividades normais do devedor, se autorizada a continuação provisória destas.

Gabarito: Errado

Comentário: A sentença declaratória de falência, em regra, proibirá a prática de atos que visem dispor ou onerar os bens do falido. Contudo, a exceção ocorre para os bens relacionados às atividades normais do falido, os quais poderão ser dispostos/onerados a depender da autorização judicial acerca da continuação provisória das atividades, contida na sentença em questão (inciso XI, art. 99).

180. Acerca da recuperação judicial de empresas, julgue o item que se segue. Caso certa empresa de aviação comercial efetue pedido de recuperação judicial perante o juízo competente, o deferimento do pedido de recuperação judicial suspenderá eventuais ações de execução fiscal em curso contra a referida empresa.

Gabarito: Errado

Comentário: As execuções de natureza fiscal não são suspensas com o deferimento da recuperação judicial. Lei de Falências - Art. 6o § 7o As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a

concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

181. Acerca do contrato de trabalho, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Gabarito: Certo



Comentários: Nos termos do Artigo 443, parágrafo terceiro da CLT, observa-se que: *“Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.”.*

182. Acerca do instituto das férias, julgue o item a seguir:

(...) Os empregados maiores de 60 anos de idade gozarão das férias sempre de uma só vez, assim como o empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

Gabarito: Errado

Comentários: O artigo 134, parágrafo segundo da CLT foi revogado, logo, não há mais qualquer restrição as férias dos maiores de cinquenta anos e menores de 18 anos.

183. No que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores, julgue o item:

(...) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por 5 dias consecutivos em caso de

nascimento do filho, no decorrer da primeira semana. Contudo, tal direito pode ser reduzido ou até suprimido totalmente por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

Gabarito: Errado

Comentários: O direito a ausência do empregado, em razão do nascimento de filho possui previsão constitucional, artigo 7, XIX da CF, e como tal, não pode ser suprimido ou reduzido por negociação coletiva (art. 611-B, CLT).

184. Considerando as normas do Direito Laboral, em especial quanto ao trabalho noturno, julgue o item a seguir:

(...) O empregado que ocasionalmente trabalhar no período das 20 h de um dia até às 8 h do dia seguinte terá direito ao recebimento do adicional noturno, inclusive com relação às três últimas horas trabalhadas.

Gabarito: Certo

Comentários: Nos termos da Súmula n. 60, II do TST, quando cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.

185. Considerando o instituto do aviso prévio, julgue o item a seguir:

(...) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é aquele de trinta dias para os empregados com até um ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de três dias por ano de serviço até o máximo de sessenta dias, perfazendo um total de noventa dias.

Gabarito: Certo

Comentários: Segundo a Lei n. 12.506/11, ao aviso prévio serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

186. A Lei no 13.467, de 2017, estabeleceu parâmetros para as indenizações por dano extrapatrimonial decorrentes de atividade de trabalho, acerca do tema, julgue o item a seguir:

(...) A indenização por danos materiais poderá ser pedida cumulativamente com reparação por danos

extrapatrimoniais, salvo se decorrentes do mesmo ato lesivo.

Gabarito: Errado

Comentários: Nos termos do artigo 223-F da CLT, observa-se que: *“A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.”.*

187. A respeito da jornada de trabalho e de acordo com a legislação vigente, julgue o item a seguir:

(...) A duração normal do trabalho é de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Gabarito: Certo



Comentários: Nos termos do Art. 7º, XIII da CF, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

188. Com relação ao teletrabalho, julgue o item a seguir:

(...) A responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão acordadas entre empregado e empregador, através de previsão em contrato escrito.

Gabarito: Certo

Comentários: Nos termos do Art. 75-D da CLT, observa-se que: *“As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.”*

189. A CLT dispõe expressamente sobre alguns dos direitos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A esse respeito, julgue o item a seguir:

(...) O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

Gabarito: Certo

Comentários: Nos termos do Art. 461, § 4º, CLT, observa-se que: *“O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.”*

190. Acerca do instituto da contribuição sindical, impactado pela reforma trabalhista, julgue o item a seguir:

(...) O desconto da contribuição sindical não está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 da Constituição.

Gabarito: Errado.

Comentários: Nos termos do Art. 579 da CLT, observa-se que: *“O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.”*

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

191. Em relação ao recurso de revista, é correto afirmar:

Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o cabimento de recurso de revista restringe-se às hipóteses de contrariedade à Súmula Vinculante e violação direta da Constituição.

Gabarito: Errado

Comentários: Conforme previsto no art. 896, §9º, da CLT, 3 são as hipóteses que se admite o recurso de revista no rito sumaríssimo:

- i. Contrariedade à Súmula do TST;
- ii. Contrariedade à Súmula vinculante;
- iii. Violação direta à CF.

192. Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:



A não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Gabarito: Errado

Comentários: Conforme expressamente previsto no art. 791-A, §5º, da CLT, acrescentado pela reforma trabalhista, são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

193. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição inicial trabalhista:

Entre outros requisitos, deve conter a qualificação das partes, a causa de pedir, o pedido líquido, a especificação de provas, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

Gabarito: Errada

Comentários: Não é necessária a especificação de provas. O processo do trabalho, por ser regido pelo princípio da simplicidade, não exige alguns requisitos formais previstos no CPC, tais como as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

194. Sobre as testemunhas no processo do trabalho, analise a seguinte assertiva:

As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que aquelas que não comparecerem serão intimadas, ex officio ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além da

penalidade de multa, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

Gabarito: Certo

Comentários: As testemunhas comparecerão à audiência independente de notificação ou intimação. Assim, não haverá necessidade do rol de testemunhas que é exigido no processo civil.

Apenas em relação às testemunhas que não comparecerem sem motivo justificado que serão intimadas, a requerimento da parte.

Caso a testemunha, sem motivo justificado, não atenda à intimação, poderá ser conduzida coercitivamente, e estará sujeita ao pagamento da multa (art. 825 da CLT).

195. Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

Gabarito: Errado

Comentários: As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente (art. 813 da CLT).

196. Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:

A apresentação da exceção de incompetência territorial deve se dar prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.

Gabarito: Errado

Comentários: O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 5 dias (art. 800, da CLT).

197. Considerando a reforma trabalhista e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, julgue o item a seguir, a respeito do princípio constitucional da indispensabilidade do advogado.

O jus postulandi é aplicável a todos os recursos da seara trabalhista.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a Súmula n. 425 do TST, o jus postulandi está restrito às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se aplicando aos recursos ao Tribunal Superior do Trabalho.

198. Julgue o próximo item à luz da jurisprudência do TST acerca dos recursos na justiça do trabalho, da liquidação e da execução no processo do trabalho.

A decisão judicial proferida em dissídio individual que condenar o poder público com base em entendimento coincidente com orientação firmada no âmbito administrativo e emitida pelo próprio ente público por

meio de parecer vinculante não se sujeitará ao duplo grau de jurisdição.

Gabarito: Certo

Comentários: A questão aborda a Súmula 303 do TST, segundo o qual, mesmo havendo condenação da

Fazenda Pública, não haverá remessa necessária quando a decisão estiver presumidamente correta, por estar fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

199. Analise a seguinte assertiva à luz do entendimento do TST acerca da ação rescisória no processo do trabalho.

A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda poderá ser considerada prova nova, mesmo que não tenha sido exibida no processo originário por negligência da parte.

Gabarito: Errado

Comentários: Não pode ser considerada prova nova aquela que não foi exibida no processo originário por negligência da parte.

Prova nova não é aquela produzida após a decisão, mas sim aquela que já existia na época da prolação da decisão rescindenda, e que a parte a ignorava ou não pôde fazer uso.

O Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula 402 acabou por conceituar a expressão "documento novo" como aquele que é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo.

Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado: a) sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à

sentença rescindenda; b) sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.

200. Quanto aos recursos no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho:

O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, não sendo, contudo, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

Gabarito: Errado

Comentários: A CLT exige que a parte delimite a matéria e valores impugnados no agravo de petição, permitindo a execução dos valores incontroversos, conforme previsto no art. 897, segundo o qual o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, mas, ao contrário do afirmado na assertiva, é permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

Preencha o Gabarito!



<https://bit.ly/Simulado-PGDF-19-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Cursos para o concurso da PGDF

Confira nossos cursos:

[Curso para PGDF\(Procurador\)](#)

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.